

LAZER EM LUANDA, 1836-1878

Tracy Lopes*  

University of Toronto Scarborough

Em 1841, o médico alemão Georg Tams pintou um quadro sombrio de Luanda: a capital colonial portuguesa de Angola. Quando Tams visitou a cidade em uma expedição comercial, observou que “não havia lugares de diversão pública alguma, em Loanda e seus arredores”, exceto por uma “casa de refeições” para soldados, uma mesa de bilhar e uma loja de gim de baixo nível. No entanto, esses estabelecimentos não eram frequentados pelas pessoas das classes mais altas, que tinham acesso apenas a um pequeno teatro.¹ Tams não estava sozinho nessa avaliação, durante as décadas de 1850 e 1860, o engenheiro de minas britânico Joachim John Monteiro constatou que Luanda não tinha “lugares de diversão pública, exceto o teatro... que foi fechado por um período considerável”.² Embora Monteiro o considerasse “um bom teatro para um lugar tão pequeno quanto Loanda”, a falta de atividades de lazer o surpreendeu, especialmente entre os “nativos”, que, segundo ele, não tinham “absolutamente nenhum jogo ou entretenimento de qualquer tipo”.³ Até as crianças não tinham “brinquedos ou brincadeiras, e nunca corriam ou brincavam juntas como as nossas”.⁴

Terence Ranger, Phyllis M. Martin, Laura Fair, Emmanuel Akyeampong, Peter Alegi e Charles Ambler, entre outros, têm explorado a história do lazer na África.⁵ O lazer no contexto colonial português também

1 Georg Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, v. 1, London: T. C. Newby, 1845, p. 268.

2 Joachim John Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, London: Macmillan, 1875, p. 48.

3 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, 1875, pp. 48, 274.

4 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, 1875, p. 274.

5 Terence O. Ranger, *Dance and Society in Eastern Africa, 1890-1970: The Beni Ngoma*, Berkeley: University of California Press, 1975; Phyllis M. Martin, “Leisure and the Making of a Ruling Class in Colonial Brazzaville”, *Proceedings of the Meeting of the French Colonial Historical Society*, v. 17 (1993), pp. 99-144, ; Phyllis M. Martin, *Leisure and Society in Colonial Brazzaville*, Cambridge: Cambridge University

foi abordado por Augusto Nascimento, Marcelo Bittencourt, Matheus Serva Pereira, Andrea Marzano, Marissa Moorman, entre outros.⁶ Através da dança, televisão, moda, esportes e música, estudiosos têm destacado as formas complexas pelas quais raça, etnia, gênero e classe moldaram

-
- Press, 1995; Laura Fair, *Pastimes and Politics: Culture, Community, and Identity in Post-Abolition Urban Zanzibar, 1890-1945*, Athens: Ohio University Press, 2001; Emmanuel Akyeampong and Charles Ambler, “Leisure in African History: An Introduction”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 35, n. 1 (2002), pp. 1-16, ; Peter C. Alegi, “Playing to the Gallery? Sport, Cultural Performance, and Social Identity in South Africa, 1920s-1945”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 35, n. 1 (2002), pp. 17-38, ; Paul Tiyambe Zeleza and Cassandra Rachel Veney (orgs.), *Leisure in Urban Africa*, Trenton: Africa World Press, 2003.
- 6 Para alguns dos trabalhos sobre lazer em Angola, ver: David Birmingham, “Carnival at Luanda”, *Journal of African History*, v. 29, n. 1 (1988), pp. 93-103, ; José Mena Abrantes, *O teatro em Angola*, Luanda: Editorial Nzila, 2005; Marissa Jean Moorman, *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*, Athens, Ohio: Ohio University Press, 2008; Andrea Marzano, “Nem todas as batalhas eram de flores: Cotidiano, lazer e conflitos em Luanda” in Augusto Nascimento, Marcelo Bittencourt, Nuno Domingos e Victor Andrade de Melo (orgs.), *Esporte e lazer na África: Novos olhares* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013), pp. 13-35; Marzano, “‘Nossa dança, nossos pais, nossos filhos’ Apontamentos para uma história social do carnaval Luandense”, *Revista TEL, Irati*, v. 7, n. 2 (2016), pp. 67-88, ; Marcelo Bittencourt, “O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)”, *Análise Social*, v. 52, n. 225 (2017), pp. 874-893, ; Marcelo Bittencourt, “Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano” in Augusto Nascimento, Marcelo Bittencourt, Nuno Domingos, e Victor Andrade de Melo (orgs.), *Esporte e lazer na África: Novos olhares* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013), pp. 155-178; Marzano, “Bodily Practices and Colonialism: Sport and Physical Culture in Luanda, 1860-1930”, *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, n. 4 (2019), pp. 314-334, ; Para mais sobre o lazer no contexto colonial africano português, ver: Valdemir Zamparoni, “Monhés, Baneanes, Chinás e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940”, *Lusotopie*, v. 7, n. 1 (2000), pp. 191-222, ; Augusto Nascimento, Marcelo Bittencourt, e Victor Andrade de Melo, *Mais do que um jogo: o esporte e o continente Africano*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; Augusto Nascimento, Marcelo Bittencourt, Nuno Domingos, e Victor Andrade de Melo (orgs.), *Esporte e lazer na África: Novos olhares*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2013; Andrea Marzano e Augusto Nascimento, “O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar”, *Revista Tempo*, v. 19, n. 34 (2013), pp. 53-68, ; Victor Andrade de Melo, “Different Faces of Colonialism: Sport in Cape Verde and Portuguese Guinea”, *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, n. 4 (2018), pp. 296-313, ; Matheus Serva Pereira, “Batuques negros, ouvidos brancos: colonialismo e homogeneização de práticas socioculturais do sul de Moçambique (1890-1940)”, *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80 (2019), pp. 155-177, ; Andrea Marzano, “Entre ‘tradições’ e ‘modernidades’: agrupamentos carnavalescos de Luanda na primeira metade do século XX”, *Topoi*, v. 25 (2024), pp. 1-25, .

definições de lazer e como essas definições mudaram ao longo do tempo. Ao concentrar-se em encontros comunitários, festivais e eventos esportivos, esses estudos também têm demonstrado que os espaços de lazer eram arenas para negociar e contestar identidades e dinâmicas de poder, especialmente durante o período colonial. Apesar de suas valiosas contribuições, a maioria dessas pesquisas têm se concentrado no século XX e têm ignorado, em grande parte, o lazer em sociedades escravistas na África. No entanto, para historiadores interessados na escravidão e no comércio transatlântico de escravizados, o estudo do lazer contribuí para expandir nosso entendimento sobre as maneiras como as pessoas escravizadas e outros grupos marginalizados exerciam agência, autonomia, criatividade e atribuíam significado às suas próprias vidas.⁷

Luanda, em particular, oferece um terreno fértil para um estudo sobre o lazer. Durante todo o período do comércio transatlântico de escravos, Luanda foi o maior porto de embarque de africanos escravizados. Com o fim do tráfico em 1836, alguns dos africanos que outrora teriam sido exportados foram retidos localmente, resultando no aumento da população escravizada. Como parte de reformas mais amplas no continente, a administração colonial introduziu simultaneamente medidas para abolir gradualmente a escravidão. Por exemplo, em 1858, o Presidente do Conselho Ultramarino, Marquês Sá da Bandeira, promulgou uma lei que estabelecia a abolição da escravidão em vinte anos. Em 1869, todos os escravizados nas colônias africanas de Portugal assumiram o status de libertos, uma condição intermediária entre a escravidão e a liberdade. No entanto, esse status foi abolido em 1875.⁸

7 Para a escravidão e o lazer em outros contextos, ver: David K. Wiggins, “Good Times on the old Plantation: Popular Recreations of The Black Slave in Antebellum South, 1810-1860”, *Journal of Sport History*, v. 4, n. 3 (1977), pp. 260-284, ; Wiggins, “The Play of Slave Children in the Plantation Communities of the Old South, 1820-1860”, *Journal of Sport History*, v. 7, n. 2 (1980), pp. 21-30, ; Howard Johnson, “Slave Life and Leisure in Nassau, Bahamas, 1783-1838”, *Slavery and Abolition*, v. 16, n. 1 (1995), pp. 45-64, ; James Walvin, “Slaves, Free Time and the Question of Leisure”, *Slavery and Abolition*, v. 16, n. 1 (1995), pp. 1-13, .

8 Samuël Coeghe, “The Problem of Freedom in Mid-Nineteenth-Century Atlantic Slave Society: The Liberated Africans of the Anglo-Portuguese Mixed Commission in

Angola também foi uma colônia penal. Devido à sua reputação de ser uma “sepultura de homens brancos”, a coroa portuguesa utilizou degredados para preencher as lacunas de mão de obra e estabelecer uma presença colonial em Angola. Esses degredados constituíram uma fonte de trabalho forçado, mas alguns também se tornaram comerciantes ricos ou foram nomeados para cargos importantes na administração colonial.⁹ Embora os condenados tenham sido exilados para a colônia desde sua fundação no final do século XVI, o século XIX marcou uma significativa expansão do degredo.¹⁰ Essa expansão coincidiu com os esforços portugueses para “ocupar efetivamente” a colônia e enfrentar a escassez de mão de obra resultante da abolição gradual da escravidão. Ao mesmo tempo, os degredados eram frequentemente recebidos com hostilidade, sendo vistos por muitos como uma influência corruptora sobre a população africana.

Embora algumas mulheres europeias tenham se juntado a seus maridos ou pais no exterior, poucas se estabeleceram em Angola. Devido à limitada presença de mulheres brancas, homens estrangeiros, incluindo degredados, frequentemente tinham relacionamentos casuais e de longo prazo com mulheres locais, o que deu origem a uma elite luso-africana. Como Linda M. Heywood demonstrou, esses luso-africanos falavam português e quimbundo, a língua do povo Mbundu, e seguiam costumes tanto portugueses quanto locais. Através de seus relacionamentos com mulheres locais, homens estrangeiros também aprenderam quimbundo, visitaram curandeiros africanos e participaram de casamentos católicos e africanos. Através desses relacionamentos, as mulheres locais adquiriam

Luanda (1844-1870)”, *Slavery & Abolition*, v. 33, n. 3 (2012), pp. 479-500, ; José C. Curto, “Producing ‘Liberated’ Africans in mid-Nineteenth Century Angola” in Richard Anderson and Henry B. Lovejoy (orgs.), *Liberated Africans and the Abolition of the Slave Trade, 1807-1896* (Rochester: University of Rochester Press, 2020), pp. 238-256.

9 Timothy J. Coates, *Convicts and Orphans: Forced and State-Sponsored Colonizers in the Portuguese Empire, 1550-1755*, Stanford: Stanford University Press, 2001; Anabela Cunha, “Degredo para Angola: Sentença de morte lenta”, *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 2 (2013), pp. 87-104, ; Coates, *Convict Labor in the Portuguese Empire 1740-1932: Redefining the Empire with Forced Labor and New Imperialism*, Leiden: Brill, 2014.

10 Coates, *Convict Labor*.

capital que investiam em cativos, navios, terras e artigos de luxo. As mais bem-sucedidas entre elas eram identificadas como donas e eram consideradas “brancas” nos censos coloniais.¹¹

Como base em relatos de viajantes, relatórios oficiais e registros policiais publicados no jornal semanal *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (Boletim Oficial de Angola)*, este artigo explora como os habitantes de Luanda ocupavam seu tempo livre entre 1836, quando Portugal aboliu o tráfico de escravos, e 1878, quando a emancipação entrou em vigor. Esse estudo demonstra que as elites tinham seu próprio conceito de lazer, que em grande parte não incluía escravizados, libertos, pretos livres e alguns degredados. Essa elite—principalmente comerciantes do Brasil e de Portugal, luso-africanos e alguns degredados—havia acumulado riqueza por meio do comércio transatlântico, eram brancos ou considerados brancos nos censos coloniais, e tinham alguma afiliação à cultura portuguesa.¹² Enquanto isso, o lazer para escravizados, libertos, pretos livres e a maior parte dos degredados era um espaço contestado, marcado por frequentes confrontos com a polícia. Por esse motivo, viajantes e exploradores estrangeiros como Tams e Monteiro ignoraram diferentes manifestações de lazer existentes na cidade.

11 Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Madison: University of Wisconsin Press, 1988, p. 292; José C. Curto and Raymond R. Gervais, “The Population History of Luanda During the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844”, *African Economic History*, n. 29 (2001), p. 23, [DOI](#); Linda M. Heywood, “Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures” in Linda M. Heywood e John K. Thornton (orgs.), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), pp. 91-114. Para mais sobre as donas, ver: Vanessa S. Oliveira, “The *Donas* of Luanda, c. 1773-1866: From Atlantic Slave Trading to ‘Legitimate Commerce’”, Tese (Doutorado em História), York University, Toronto, 2016, [DOI](#).

12 Na historiografia, os luso-africanos eram frequentemente chamados de crioulos, filhos da terra ou angolenses. Muitos estudiosos argumentam que, no final do século XIX, esse grupo passou por uma marginalização econômica, social e política com a chegada de comerciantes e burocratas portugueses, encerrando o que Marzano chamou o “período de ouro das elites angolenses”. Ver: Marzano, “Nem todas as batalhas eram de flores”, p. 21; Jacobo Corrado, *The Creole Elite and the Rise of Angolan Protonationalism, 1870-1920*, Amherst: Cambria Press, 2008; Heywood, “Portuguese into African”, pp. 91-114.

As tentativas de suprimir o lazer revelam uma contradição fundamental no contexto colonial português. Enquanto havia uma demanda crescente por mão de obra barata, também havia uma forte preferência por manter distância social em relação a indivíduos escravizados, libertos, pretos livres e degredados.¹³ O estilo de vida da elite estava intrinsecamente ligado à noção de exclusividade e à conexão com a metrópole e os costumes europeus. Ao excluir grupos marginalizados de espaços sociais, a elite mantinha as distinções de classe e status que reforçavam sua imagem de superioridade na sociedade. Isso era especialmente importante durante a “morte lenta da escravidão”, quando seu status estava amplamente ameaçado por medidas legais impostas por Portugal.¹⁴

No entanto, os esforços da elite para se distanciar desses grupos marginalizados fracassaram. Embora escravizados, libertos, pretos livres e muitos degredados fossem amplamente excluídos das atividades de lazer “civilizado”, o lazer da elite só era viável graças ao trabalho daqueles indivíduos. Além disso, Luanda era uma cidade predominantemente negra, com uma grande população servil. Essa população criou seus próprios espaços de lazer, onde pessoas de diferentes etnias e status se misturavam. Essa intersecção de fronteiras atraiu a atenção das autoridades, tornando esses espaços alvos frequentes da vigilância policial.

Urbanização e o aumento da população escravizada

Durante todo o período do comércio transatlântico de escravos, Angola foi o maior fornecedor de cativos para as Américas e Luanda foi o maior porto de embarque de escravizados. Entre 1514 e 1867, aproximadamente 12,5 milhões de africanos escravizados foram transportados para as Américas e a Europa. Entre esses, cerca de 2,8 milhões embarcaram em

13 Zamparoni, “Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos”, pp. 191-192.

14 Tradução nossa. Paul E. Lovejoy and Jan S. Hogendorn, *Slow Death of Slavery: The Course of Abolition in Northern Nigeria, 1897-1936*, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Luanda e a maioria desembarcou nos portos brasileiros do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.¹⁵ Como principal porto de escravizados no Atlântico Sul, a população de Luanda variou de acordo com a demanda por mão de obra no Brasil. José C. Curto e Raymond R. Gervais observam que houve um declínio no período entre 1781 e 1844, com grande impacto sob a população escravizada.¹⁶

No entanto, o fim do comércio transatlântico de escravos reverteu essa tendência. Impulsionado pelo desejo de transformar Angola no próximo Brasil, o Presidente liberal do Conselho de Ministros Sá da Bandeira proibiu o comércio de exportação de indivíduos escravizados em 10 de dezembro de 1836. Posteriormente, todas as embarcações apreendidas pela marinha portuguesa e suspeitas de envolvimento no comércio ilegal de escravos passaram a ser julgadas pela justiça local, o Juiz de Direito. Se fosse confirmada a participação no tráfico ilegal, os cativos a bordo eram “libertos” e passavam então a tutela do Estado colonial. Esses libertos não eram completamente livres e tinham que cumprir um período de aprendizado antes de serem emancipados. Em 1842, Portugal concordou em assinar um tratado com a Grã-Bretanha, permitindo que a marinha britânica buscasse e apreendesse embarcações portuguesas suspeitas de participar no comércio ilegal de escravos e criando um tribunal da Comissão Mista anglo-portuguesa em Luanda inaugurado em 1844 para julgar casos de embarcações suspeitas de tráfico. Os cativos libertados pela Comissão Mista também passavam a categoria de libertos e tinham que cumprir um período de aprendizado.¹⁷

Embora o comércio ilegal de escravizados tenha continuado nos portos ao norte e ao sul de Luanda até a década de 1860 para abastecer os mercados brasileiro e cubano, medidas abolicionistas incentivaram cada vez

15 David Eltis and David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, New Haven: Yale University Press, 2010, pp. 14-15, 89-90, 204.

16 Curto and Gervais, “The Population History of Luanda”, pp. 1-59.

17 Roquinaldo A. Ferreira, “The Suppression of the Slave Trade and Slave Departures from Angola, 1830s-1860s”, *História Unisinos*, v. 15, n. 1 (2001), pp. 3-13; Curto, “Producing ‘Liberated’ Africans,” pp. 238-256, .

mais os traficantes de escravos a utilizar mão de obra escravizada dentro de Luanda e nas áreas próximas para produzir e transportar produtos tropicais como marfim, café, cera, goma copal, algodão, e óleo de palma.¹⁸ De acordo com Curto, o resultado foi uma “explosão demográfica”.¹⁹ Entre 1844 e 1850, a população de Luanda mais do que duplicou, passando de 5.605 para 12.565 habitantes. A maioria, ou 6.545 eram pessoas livres atraídos para Luanda pelo aumento das oportunidades econômicas na economia lícita. No entanto, a acomodação desse grupo também levou a um aumento na população escravizada, de 2.749 em 1844 para 6.020, ou quase a metade da população, em 1850.²⁰

Por outro lado, a população branca experimentou uma redução de 1.601 em 1844 para 1.240 em 1850.²¹ A população branca de Luanda era composta principalmente por homens provenientes de Portugal e do Brasil, que foram para Angola com esperança de enriquecer através da participação no comércio atlântico. Quando o governo brasileiro começou a aplicar uma proibição à importação de escravos em 1850, alguns retornaram ao Brasil ou a Portugal. Outros eram degradados que haviam sido banidos para a colônia e eram então forçados a servir no exército colonial. A população preta, por outro lado, aumentou nesse período de 3.513 para 9.270.²²

Com a “morte lenta da escravidão” no meio do século XIX, surgiram outros grupos marginalizados.²³ Em 14 de dezembro de 1854, Sá da Bandeira, então Presidente do Concelho Ultramarino, decretou que os proprietários de escravos tinham 30 dias para registrar seus cativos; o não cumprimento resultaria na emancipação dos escravizados, tornando-os

18 Aida Freudenthal, *Arimos e fazendas: A transição agrária em Angola, 1850-1880*, Luanda: Chá de Caxinde, 2005; Vanessa S. Oliveira, *Slave Trade and Abolition: Gender, Commerce, and Economic Transition in Luanda*, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2021.

19 Tradução nossa. José C. Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850”, *International Journal of African Historical Studies*, v. 32, nos. 2/3 (1999), pp. 381-406, .

20 Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion”, p. 402.

21 Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion”, p. 402.

22 Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion”, p. 404.

23 Lovejoy and Hogendorn, *Slow Death of Slavery*.

libertos. Esse decreto também “libertava” os africanos escravizados pertencentes ao estado e aqueles importados para a colônia por terra. De acordo com Curto, um total de 13.674 indivíduos escravizados haviam oficialmente passado a categoria de liberto nos primeiros cinco anos após o decreto.²⁴ Sá da Bandeira promulgou uma nova lei em 24 de julho de 1856, concedendo liberdade a todas as crianças nascidas de mulheres escravizadas após a publicação da lei. No entanto, essas crianças eram obrigadas a servir o proprietário de suas mães até atingirem a idade de 20 anos. Em 1858, seu governo finalmente legislou que a escravidão seria abolida em um período de vinte anos, estabelecendo a data final para a emancipação completa em abril de 1878. Em 1869, todos os cativos assumiram então o status de liberto, até que ele fosse abolido em 1875.²⁵

À medida que essas leis eram implementadas, a administração de Luanda também buscava degredados para suprir a falta de mão de obra. Em 11 de junho de 1836, o governador Domingos de Saldanha Oliveira e Daun escreveu a Sá da Bandeira, afirmando que Angola precisava de degredados, que em Portugal “não prestam”, mas tinham grande utilidade na colônia, especialmente no setor militar.²⁶ Em 1838, o governador Manuel Bernardo Vidal reiterou a importância dos degredados para a prosperidade da colônia, afirmando que o envio de condenados “se torna cada dia de maior urgência”.²⁷ Essas demandas por mão de obra foram ouvidas. Em 1864, 433 degredados residiam em Luanda, representando aproximadamente um terço da população branca da cidade.²⁸

24 Curto, “Producing ‘Liberated’ Africans”, p. 247.

25 Curto, “Producing ‘Liberated’ Africans”, pp. 238-256.

26 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direcção Geral do Ultramar (DGU), Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 2 (586), *Carta de Governador Domingos de Saldanha Oliveira e Daun*, 11 junho 1836.

27 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 3 (587), *Carta de Governador Manuel Bernardo Vidal*, 19 março 1838.

28 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 35 (636), *Nota do número de degredados que há na província d’Angola*, 24 jan. 1865.

No entanto, o uso de degredados também foi alvo de críticas. Em 1816, o governador da colônia, Luiz da Motta Feo e Torres, expressou preocupação com a manutenção da segurança pública em um povoado onde as forças armadas eram, em grande parte, compostas por criminosos, observando que os habitantes locais “aprendem logo os seus péssimos costumes”.²⁹ Outros concordaram. Em uma carta de 22 de abril de 1860, o juiz de direito de Luanda, Luiz José Mendes Afonso, descreveu os degredados como bandidos “incorrigíveis,” assassinos e ladrões, que representavam a praga da sociedade. Mendes foi especialmente crítico ao alistar condenados nas forças armadas, acreditando que isso havia levado a colônia a um estado “deplorável”. Em vez disso, ele sugeriu que os degredados fossem dispersos em diferentes locais para que pudessem ser “úteis á agricultura, artes e comércio” e para evitar que se reunissem em um só lugar para formar uma corporação ou associação perigosa à paz pública.³⁰ Em 1868, o chefe da Repartição Militar do Governo de Angola, António Leite Mendes, escreveu que os degredados representavam um perigo para a sociedade e que forçá-los a se engajar no trabalho agrícola os manteria ocupados “de modo que nem se aglomerem nesta cidade com grave damno de certo para a boa ordem e segurança pública”, ou “andarem por diversos pontos esmolando”.³¹

Elites, lazer e trabalho forçado

Durante esse período de importantes mudanças econômicas, demográficas e legais, a administração colonial de Luanda introduziu medidas para modernizar a cidade. A modernização da cidade estava intrinsecamente

29 Luís da Mota Feo e Torres, “N. 23—Faz um relato das providencias tomadas quanto a segurança publica, 7 de setembro de 1816”, *Arquivos de Angola*, 2.a serie, v. 18, nos. 71-74 (1961), p. 18.

30 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 27 (628), *Carta de Luiz José Mendes Afonso*, 22 de abril de 1860.

31 *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, Luanda, n. 21, 23 maio 1868, p. 238. Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino.

ligada aos esforços para impor ordem e “civilizar” a colônia. Em julho de 1847, por exemplo, o governador liberal Pedro Alexandrino da Cunha nomeou José Lourenço Marques chefe de polícia e seu sucessor, o governador Adrião Acácio da Silva Pinto, aumentou o tamanho da força policial de 45 para 60 indivíduos. Enquanto Marques, que nasceu em Portugal, veio do Brasil como degredado, a força policial era composta quase inteiramente por tropas africanas chamadas empacaceiros.³² Além de policiar a cidade, esses empacaceiros também atuavam no exército, reprimiam rebeliões, capturavam desertores e escravizados que fugiam para o interior, trabalhavam como guardas para cidadãos particulares e serviam como mensageiros.³³ Em 1851, o número de policiais havia aumentado para 80 e a cidade contava com nove estações de polícia.³⁴

A administração colonial também tentou organizar o espaço geográfico da cidade ao longo de linhas de status e cor, com membros da elite ocupando as áreas centrais e mais prósperas, enquanto os pobres, pretos livres, e escravizados eram relegados às periferias. Até meados do século XIX, Luanda estava dividida em duas partes distintas. A cidade alta servia como o centro administrativo da colônia, abrigando a Câmara, um hospital, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a residência do governador e a cadeia. Em contraste, a cidade baixa funcionava como o centro comercial, apresentando um matadouro, mercados ao ar livre, o Terreiro Público e numerosas tabernas. A cidade baixa também continha armazéns,

32 *Almanak estatístico da província d'Angola e suas dependências para o Anno de 1852*, Luanda: Imprensa do Governo, 1851, p. 5; Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion,” p. 400; Tracy Lopes, “Degredados in Mid-Nineteenth Century Angola: The Case of Jozé Lourenço Marques, Chief of Luanda’s Police” in José C. Curto e Maryann Buri (orgs.), *New Perspectives on Angola: From Slaving Colony to Nation State* (Peterborough: Éditions Baywolf Press, 2021), pp. 167-186.

33 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, p. 239; David Birmingham, “Slave City: Luanda through German Eyes”, *Portuguese Studies Review*, v. 19, n. 1/2 (2011), p. 92, [↗](#).

34 *Almanak Estatístico*, p. 5. Embora esse aumento fosse modesto em relação à população total de Luanda, foi suficiente para impressionar o missionário David Livingstone, que descreveu a força policial como efetiva quando visitou a capital de Angola na década de 1850. David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, New York: Harper & Brothers Publishers, 1859, p. 426.

sobrados de comerciantes mais abastados, quintais cheios de africanos aguardando embarque para o Atlântico e inúmeras cubatas (cabanas com telhado de palha). A maioria dos residentes das cubatas era pobre ou escravizada. No entanto, sobrados e cubatas eram encontrados em toda as áreas da cidade, desde a periferia até a zona comercial e até mesmo no centro administrativo. Em 1849, a Câmara Municipal de Luanda decidiu demolir cubatas, localizadas nos bairros principais e mais populosos, começando pelas cubatas no Largo da Caponta.³⁵ Segundo a Câmara, essas cubatas eram um dos maiores obstáculos para o “progresso” da cidade.³⁶

Além disso, a administração colonial implementou medidas para melhorar a higiene e o saneamento. Desde o final do século XVIII, estrangeiros haviam destacado as condições higiênicas e sanitárias precárias de Luanda. Em seu “Ensaio sobre algumas enfermidades d’Angola”, o médico nascido no Brasil, José Pinto de Azeredo, observou que a falta de água, habitações precárias e o consumo de alimentos estragados contribuíam para as doenças que afligiam os residentes de Luanda.³⁷ Para higienizar a cidade e “civilizar” sua população, as autoridades em Luanda emitiram várias instruções ao público, incluindo regras sobre o descarte de resíduos e a venda de alimentos em mercados, lojas e ruas. O não cumprimento poderia resultar em multas ou perda de propriedade.³⁸ Em setembro de 1861, as autoridades alertaram o público no *Boletim Oficial de Angola* que todo gado, cavalos, jumentos, ovelhas, cabras e porcos que perambulasse pelas ruas seriam abatidos para alimentar os prisioneiros da cadeia pública.³⁹

35 José de Almeida Santos, *Vinte anos decisivas da vida de uma cidade (1845-1864)*, Luanda, Edição Câmara Municipal de Luanda, 1970, pp. 140-141.

36 Santos, *Vinte anos decisivas*, p. 140.

37 José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre algumas enfermidades d’Angola*, Lisboa: Regia Officina Typografica, 1799; Para mais sobre saúde, ver: Jill R. Dias, “Famine and Disease in the History of Angola, c. 1830-1930”, *The Journal of African History*, v. 22, n. 3 (1981), pp. 349-378, ; Joseph C. Miller, “The Significance of Drought, Disease and Famine in the Agriculturally Marginal Zones of West-Central Africa”, *Journal of African History*, v. 23, n. 1 (1982), pp. 17-61, .

38 Vanessa S. Oliveira, “Baskets, Stalls and Shops: Experiences and Strategies of Women in Retail Sales in Nineteenth-century Luanda”, *Canadian Journal of African Studies*, v. 54, n. 3 (2020), p. 5, .

39 *Boletim Oficial*, n. 828, 17 agos. 1861, p. 4.

Como parte desses esforços para modernizar a colônia, a administração de Luanda também tentou expandir as oportunidades de lazer, o que incluía a criação de espaços arborizados. No século XIX, jardins públicos ganharam popularidade na Europa e nas Américas por motivos científicos e educacionais, servindo como locais para coleções botânicas. Eram também lugares de recreação, relaxamento e interação social.⁴⁰ O passeio público de Luanda foi estabelecido em 1771, sob a iniciativa do Governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em Ponta Izabel, entre a Capela de Nazareth e a Fortaleza de Penedo.⁴¹ Em 1818, o Governador Luiz da Motta Fêo e Torres, realizou melhorias, ordenando o plantio de 434 árvores para sombra e outras frutíferas e instalando bancos. Motta Fêo e Torres também ordenou a escavação de um poço para irrigação. No passeio público, o Governador construiu ainda uma casa de recreio com uma varanda contendo árvores de frutas cítricas de onde era possível avistar a cidade, o campo e o porto.⁴² O passeio público permaneceu uma característica proeminente até meados do século XIX. Quando Francisco Travassos Valdez chegou a Luanda na década de 1850 para servir como árbitro português no Tribunal da Comissão Mista, ele observou que o passeio público continha quase 500 árvores frutíferas e era dividido por cinco passeios “agradáveis”.⁴³

40 Hugo Segawa, “Brazilian Colonial Gardens and the Rio de Janeiro Passeio Público”, *The Journal of Garden History*, v. 13, n. 4 (1993), pp. 213-223, ; Susana Ferraz, *Espaço público de Luanda: Património arquitectónico colonial angolano e português*, Porto: FAUP, 2015, pp. 110, 114-115, 118-119.

41 José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na África occidental e oriental; Ásia occidental; China, e na oceania*, v. 3, Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 121.

42 Feo e Torres, “N. 114—Faz um relato de vários melhoramentos efectuados na cidade—14 de maio de 1818”, *Arquivos de Angola*, 2.a série, v. 18, nos. 71-74 (Luanda: Imprensa Nacional, 1961), pp. 185-188; Feo e Torres, “N. 121—Faz um relato de vários melhoramentos efectuados na cidade—30 de julho de 1818”, *Arquivos de Angola*, 2.a série, v. 18, nos. 71-74 (Luanda: Imprensa Nacional, 1961), p. 205; João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e Torres, *Memórias contendo a biographia do vice almirante Luiz da Motta Fêo e Torres: A história dos governadores e capitães generaes de Angola, desde 1575 até 1825, e a descripção geographica e política dos reinos de Angola e de Benguella*, Paris: Fantin, 1825, p. 316; Francisco Travassos Valdez, *Six Years of a Traveller's Life in Western Africa*, v. 2, London: Hurst and Blackett, 1861, pp. 117-118.

43 Tradução nossa. Valdez, *Six Years of a Traveller's Life*, v. 2, p. 117.

Apesar do nome, o passeio público não era acessível a todos. Lisboa, por exemplo, também tinha um passeio público que era um espaço “público”, mas possuía portões para manter as pessoas comuns afastadas e um código de vestimenta formal.⁴⁴ Evidências sugerem que o passeio público de Luanda também era destinado à elite. Na entrada, o Governador Feo e Torres instalou um portão de ferro com quatro colunas. Em Ponta da Izabel, estabeleceu um Quartel General dos Guardas Barreiras, cujos soldados vigiavam o passeio público. Alguns provavelmente eram degredados, que frequentemente serviam no exército colonial. A criação do passeio público também refletia preocupações com a saúde e o bem-estar da elite. Durante o século XIX, as pessoas acreditavam na existência de miasmas, ou o ar ruim que causava algumas das doenças que contribuíam para a reputação de Angola como uma “sepultura de homens brancos”. Através do plantio de árvores, o Governador Feo e Torres acreditava que o passeio público ajudaria a purificar o ar, que era contaminado pelos quintais superlotados com africanos escravizados aguardando transporte para as Américas.⁴⁵

Nos meados do século XIX, a Câmara Municipal também incentivou o plantio de árvores adicionais para sombra nas ruas principais, especialmente no Largo do Pelourinho e na Calçada Velha. No entanto, a criação de espaços arborizados exigia lidar com a escassez de água em Luanda. Durante grande parte de sua história colonial, Luanda não tinha água suficiente para sustentar a população, que dependia da água retirada do Rio Bengo ou de poços⁴⁶. Consequentemente, a Câmara decidiu plantar

44 Ana Duarte Rodrigues e Ana Simões, “A Liberal Garden: The Estrela Garden and the Meaning of Being Public” in Ana Simões e Maria Paula Diogo (orgs.), *Science, Technology and Medicine in the Making of Lisbon (1840-1940)* (Leiden and Boston: Brill, 2022), pp. 294-322.

45 Feo e Torres, “N. 114—Faz um relato de vários melhoramentos efectuados na cidade—14 de maio de 1818”, p. 186.

46 José Carlos Venâncio, *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: Um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 61; Michael Patrick Bulfin, “Bursting at the Seams: Water Access and Housing in Luanda”, *Ufahamu: A Journal of African Studies*, v. 35, n. 1 (2009), p. 1, 60; Tracy Lopes, “The ‘Mine of Wealth at the Doors of Luanda’: Agricultural Production and Gender in the

cajazeiras e incendeiras, que não necessitavam de muita água. Em 31 de março de 1849, o então presidente interino da Câmara Francisco Joaquim da Costa e Silva solicitou quinhentas mudas de cajazeiras e de incendeiras da Barra do Bengo, Barra do Dande, Calumbo e Icolo e Bengo. Posteriormente, a Câmara expressou preferência por incendeiras porque eram mais frondosas e forneciam mais sombra.⁴⁷ Quando da visita de Livingstone na década de 1850, esses esforços pareciam ter dado resultado. Ele encontrou “árvores plantadas por toda a cidade para proporcionar sombra” e observou que a cidade apresentava “uma aparência imponente quando vista a partir do mar”.⁴⁸ Durante sua visita, o engenheiro de minas britânico Monteiro também observou que a cajazeira crescia em abundância nos penhascos em Luanda.⁴⁹

Enquanto alguns moradores desfrutavam da sombra, escravizados e libertos trabalhavam sob o sol. Como estudos têm apontado, pessoas escravizadas e libertas desempenhavam diversas tarefas em cidades e subúrbios, incluindo jardinagem. Em Benguela, por exemplo, o médico alemão Tams observou que o jardim mais bonito pertencia a José Luiz da Silva Vianna e tinha dezenas de escravizados.⁵⁰ Quando Valdez esteve na região do Bengo, ele visitou o ex-chefe da Barra do Bengo Constantino Vieira Braga, que tinha um “esplêndido jardim, o qual não seria inadequado chamar de jardim botânico”.⁵¹ Embora Valdez não tenha dito muito mais sobre esse tema, a manutenção do jardim provavelmente era realizada por pessoas escravizadas. Em 5 de setembro de 1857, Braga anunciou no *Boletim Oficial de Angola* que estava vendendo um de seus escravos jardineiros, que falava português e entendia de horticultura.⁵² Como parte de seus aprendizados,

Bengo” in Ana Roque e Manuela Torrão (orgs.), *O Colonialismo Portugues - Novos Rumos da Historiografia dos PALOP* (Porto: Edições Húmus, 2013), pp. 177-205.

47 José de Almeida Santos, *Crônicas da velha cidade (1845-1864)*, Luanda: Edição da Câmara Municipal de Luanda, 1972, pp. 246, 271.

48 Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 426.

49 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 44.

50 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, pp. 150-151.

51 Valdez, *Six Years of a Traveller's life*, v. 2, p. 273.

52 *Boletim Oficial*, n. 623, 5 set. 1857, p. 12.

muitos libertos também trabalhavam na jardinagem. Em 1850, o liberto Agostinho Cacullo estava trabalhando como jardineiro em Luanda depois de ter sido resgatado do navio *Fortuna* no largo de Benguela Velha pela Marinha Portuguesa com outros 19 africanos escravizados.⁵³

Pelo menos na década de 1840, Luanda já contava com teatros que recebiam companhias itinerantes e produções amadoras. Embora as sociedades africanas incorporassem elementos teatrais, como contadores de histórias e danças rituais, os teatros de estilo europeu tornaram-se espaços destinados à elite. As performances teatrais e musicais carregavam permitiam que os espectadores expressassem seu refinamento cultural e sua conexão com as tradições europeias.⁵⁴ Assim como em Portugal e em outras cidades coloniais, as produções teatrais em Luanda eram organizadas e financiadas por sociedades dramáticas estabelecidas por patronos abastados.⁵⁵ As sociedades dramáticas eram responsáveis não apenas pelo entretenimento, mas também pelas vendas de bilhetes, publicidade e reparos no teatro. Em Luanda, as primeiras sociedades dramáticas surgiram na década de 1840, começando com a Sociedade Providência e a Sociedade União, que gerenciavam respectivamente o Teatro Providência, na rua Praça do Pelourinho, e o Teatro União, cuja localização é desconhecida.⁵⁶ No entanto, a Sociedade União havia sido dissolvida em 1847 e estava vendendo azulejos e madeira do Teatro União.⁵⁷ Mais tarde, outros grupos surgiram, incluindo a Sociedade Dramática no final da década de 1850 e a Associação 31 de Outubro no início da década de 1860. Até 1866,

53 United Kingdom, House of Commons, Parliamentary Papers, Slave Trade (UK/HC/PP/ST), Correspondence with British Coms. at Sierra Leone, Havana, Cape of Good Hope, Jamaica, Loanda, and Cape Verd Islands; Reports from British Vice-Admiralty Courts and Naval Officers on Slave Trade, 1850-51 (Class A), p. 61.

54 Luís Mitra, “Theatre in Portuguese-speaking Africa” in Martin Banham (org.), *A History of Theatre in Africa* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), pp. 380-404.

55 Duarte Gonçalves, “A Sociedade estabelecida para a subsistência dos teatros públicos da corte—Uma “companhia Pombalina”, *População e Sociedade*, v. 22 (2014), pp. 195-206.

56 *Boletim Oficial*, n. 47, 1 agos. 1846, p. 2; *Boletim Oficial*, n. 58, 17 outub. 1846, p. 2; *Boletim Oficial*, 6 jan. 1849, n. 171, p. 4.

57 Arquivo Nacional de Angola (ANA), Luanda, códice 167, fl. 58, *Carta ao delegado do procurador da coroa e fazenda*, 22 maio 1847.

a Associação 31 de Outubro possuía um teatro com capacidade para 300 pessoas na rua Salvador Corrêa. Em uma de suas outras salas “espaçosas”, também havia duas mesas de bilhar.⁵⁸

Pouco se sabe sobre a história dessas sociedades dramáticas. De acordo com um relatório do Ministério do Ultramar, o teatro de Luanda em 1840 era gerenciado por uma sociedade que contava com 153 membros.⁵⁹ Embora o relatório não mencione o nome da sociedade, era provavelmente um grupo exclusivo. Os membros das sociedades dramáticas tinham que pagar taxas mensais e elegiam um presidente, vice-presidente e tesoureiro. Em 1865, o vice-presidente da Associação 31 de Outubro era José Maria da Lembrança Miranda Henriques, português que chegou à colônia em 1850 onde atuava como professor primário.⁶⁰ Henriques era casado com Dona Maria José Catella Falcão Miranda, membro de uma das famílias mais distintas da cidade.⁶¹ Outro integrante era Joaquim Leandro Xavier de Bulhões Maldonado, que foi presidente da Sociedade Dramática em 1858 e mais tarde ofereceu apoio financeiro à Associação 31 de Outubro.⁶² Anteriormente, ele havia atuado como secretário do Tribunal da Comissão Mista, mas foi rebaixado por aceitar subornos e permitir a venda fraudulenta de uma embarcação que mais tarde foi usada no comércio ilegal de escravos.⁶³

Os patronos das artes dramáticas também faziam parte da elite, gastando somas generosas em bilhetes. Parte dessa riqueza foi destinada a

58 *Boletim Oficial*, n. 636, 5 dez. 1857, p. 11; *Boletim Oficial*, n. 892, 8 nov. 1862, p. 321; I. de Vilhena Barbosa, “Theatro de Loanda”, in *Archivo Pittoresco*, v. 10, Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1867, p. 142.

59 “Actos do governo: continua o relatório do ministério do ultramar, apresentado às câmaras na sessão extraordinária de 1840”, *Annaes maritimos e coloniaes, associação marítima e colonial*, n. 4, Lisboa: Imprensa Nacional, 1841, p. 160.

60 *Boletim Oficial*, n. 5, 28 jan. 1865, p. 51.

61 Júlio de Castro Lopo, *Recordações da capital de Angola e outros tempos*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p. 11.

62 *Boletim Oficial*, n. 677, 18 set. 1858, p. 8; *Boletim Oficial*, n. 46, 14 nov. 1863, p. 392.

63 UK/HC/PP/ST, Correspondence with British Coms. at Sierra Leone, Havana, Cape of Good Hope, Jamaica, Loanda, and Cape Verd Islands; Reports from British Vice-Admiralty Courts and Naval Officers on Slave Trade: 1847-March 1848 (Class A), p. 146.

causas beneficentes, no entanto, a maior parte dela derivava do comércio ilegal de escravizados, realizado a partir de portos ao norte e ao sul de Luanda. Em 14 de junho de 1858, a Sociedade Dramática vendeu 110 bilhetes para arrecadar dinheiro para o orfanato. Entre aqueles que compraram bilhetes estavam os negociantes de escravos Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, Augusto Garrido e Francisco Barbosa Rodrigues. O teatro era para os negociantes de escravizados uma fonte de lazer bem como uma oportunidade para elevar seu prestígio social, encontrar outros negociantes e aliados poderosos - tal qual o chefe de polícia José Lourenço Marques, que também frequentava o local.⁶⁴ Ter aliados poderosos era necessário para ocultar atividades ilegais. Os tipos de apresentações também destacam a exclusividade do teatro e os gostos cosmopolitas da elite. As performances frequentemente refletiam as influências culturais e aspirações da elite colonial, destacando sua conexão com ideias e elementos da cultura europeia. Em 10 de outubro de 1846, o Teatro Providência realizou seu primeiro espetáculo, o drama francês “O Fugitivo da Bastilha”.⁶⁵

Mulheres também frequentavam o teatro, mas as normas de gênero moldavam como elas experimentavam os espaços públicos. Na Europa do século XIX, considerava-se inadequado para as mulheres se apresentarem no palco ou comparecerem a apresentações teatrais com homens, mesmo que seus maridos. Para garantir o decoro adequado, os teatros frequentemente tinham seções separadas para clientes do sexo masculino e feminino.⁶⁶ Quando Tams visitou Luanda em 1841, ele notou uma prática semelhante. Mulheres casadas tinham sua própria entrada para o teatro com uma barreira para protegê-las do olhar masculino.⁶⁷ Mulheres que viviam amancebadas com homens também enfrentavam restrições. Embora relacionamentos

64 *Boletim Oficial*, n. 664, 19 jun. 1858, p. 7.

65 *Boletim Oficial*, n. 58, 17 out. 1846, p. 2.

66 Jane Tylus, “Theorizing Women’s Place: Nicholas Poussin, the Rape of the Sabines, and the Early Modern Stage” in Robert Henke and Eric Nicholson (orgs.), *Transnational Exchange in Early Modern Theater* (London: Routledge; 2016), pp. 100-116.

67 Georg Tams, *Visit to the Portuguese Possessions in South-Western Africa*, v. 2, London: T. C. Newby, 1845, p. 9.

informais não fossem incomuns, o casamento na Igreja Católica oferecia respeitabilidade a ambos homens e mulheres. Ao visitar a colônia na década de 1850, Monteiro observou que o teatro ficou fechado por um período considerável até que fosse acordado que as mulheres que viviam sob uma variedade de arranjos matrimoniais poderiam frequentar o local.⁶⁸

Apesar dessas restrições, algumas mulheres encontraram maneiras de desafiar as normas de gênero formando suas próprias associações, como a Associação de Damas Zeladoras da Decência do Culto Divino, estabelecida em 1861 para ajudar igrejas a arrecadar fundos para vestes litúrgicas, panos e decorações de altar.⁶⁹ Esta associação era reservada para mulheres da elite, incluindo as esposas de ricos comerciantes. Entre os membros estava Dona Eduarda Virgínia Toulson, esposa do traficante de escravos de origem portuguesa João Osmundo Toulson.⁷⁰ Embora também desempenhassem papéis tradicionais femininos como costura, a Associação de Damas Zeladoras da Decência do Culto Divino oferecia às mulheres oportunidades de lazer e liderança. As mulheres que ingressavam na Associação de Damas Zeladoras da Decência do Culto Divino elegiam uma presidente, uma secretária e uma tesoureira.

A posse de mão de obra escrava garantia à elite local tempo livre disponível para frequentar o teatro e ingressar nessas associações. Pessoas escravizadas e libertas desempenhavam uma variedade de tarefas para seus proprietários, incluindo afazeres domésticos e ofícios especializados.⁷¹ Pessoas escravizadas também transportavam homens e mulheres

68 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 48.

69 Para esses tipos de associações em outros contextos, ver, por exemplo: Cristina de Toledo Romano, “Assistência e catolicismo reformador em São Paulo: Associação das damas de caridade (1900-1916)”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (2011), pp. 1-14.

70 *Boletim Oficial*, n. 834, 28 set. 1861, pg. 5; UK/HC/PP/ST, Correspondence with the British commissioners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope, Loanda, and New York; and reports from British Vice-Admiralty courts, and from British naval officers, relating to the slave trade: 1865, (Class A), 22.

71 Vanessa S. Oliveira, “Trabalho Escravo e Ocupações Urbanas em Luanda na Segunda Metade do Século XIX” in Selma Pantoja e Estevam C. Thompson (orgs.), *Em Torno de Angola: Narrativas, Identidades e as Conexões Atlânticas* (São Paulo: Intermeios, 2014), pp. 249-275.

da elite em maxilas (palanquins) para eventos sociais. Segundo Monteiro, “As senhoras portuguesas, ao irem à igreja ou fazerem visitas, sempre iam em uma maxila bem fechada”.⁷²

Os residentes abastados também podiam se divertir nos bailes semanais do Palácio do Governo. Segundo Tams, “negros, brancos e mulatos” que viviam do comércio de escravizados participavam desses bailes. Uma das convidadas era uma mulher “ricamente adornada com ouro e joias”.⁷³ Outro era um degredado de Lisboa que havia feito fortuna na colônia. O baile começava com um fandango, uma dança popular entre a aristocracia em Portugal e a Espanha, seguida à noite por chá, limonada e bolos de trigo.⁷⁴ Em alguns desses bailes, os participantes também valsavam e dançavam a polca e a mazurca, uma dança da Polônia realizada por casais e acompanhada por uma gaita de foles.⁷⁵ Uma vez que as festividades terminavam tarde da noite, carregadores levavam os participantes para casa em tipoias. Esses carregadores eram provavelmente escravizados.⁷⁶

Finalmente, as elites também desfrutavam de jogos, alguns dos quais eram importados. No século XIX, as pessoas na cidade jogavam voltarete, um jogo de cartas para quatro pessoas popular em Portugal e no Brasil, onde os jogadores tinham que ganhar pontos capturando determinadas cartas e truques.⁷⁷ Quando Valdez chegou à colônia, passou uma noite conversando e jogando voltarete com um negociante de escravizados na casa de sua anfitriã, uma mulher apelidada de “a Pérola”.⁷⁸ Durante uma visita a Luanda em 1875, o viajante britânico Sir Richard Francis Burton também observou que “as

72 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 33.

73 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, p. 272.

74 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, pp. 272-274; Marzano, “Nem todas as batalhas eram de flores”, p. 20.

75 *Boletim Oficial*, n. 678, 25 set. 1858, p. 8; Maria José Bernardes Di Cavalcanti, “Brazilian Nationalistic Elements in the Brazilianas of Osvaldo Lacerda”, Tese (Doutorado em Artes Musicais), Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, Louisiana, 2006, p. 17, .

76 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, pp. 274-275.

77 *Tratado do jogo do voltarete com as leis geraes do jogo*, Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1794.

78 Valdez, *Six Years of a Traveller's Life*, v. 2, p. 106.

noites na Casa do Governo eram regadas com música, dança e pequenos jogos inocentes para os mais jovens, enquanto os mais velhos conversavam e jogavam voltarete até a meia-noite”.⁷⁹ Itens listados em leilões também oferecem pistas sobre alguns dos jogos apreciados pela elite. Em 1862, António José de Sousa Queiroz Junior anunciou no *Boletim Oficial de Angola* que estava leiloando artefatos da China e do Japão, incluindo um tabuleiro de xadrez, damas e gamão.⁸⁰

O lazer dos escravizados, libertos, pretos livres e degredados

Apesar da afirmação de Monteiro de que a maioria dos africanos não desfrutava de absolutamente nenhum lazer ou diversão por falta de opções, os residentes mais pobres, incluindo pretos livres, cativos e libertos, também encontravam oportunidades para distração e socialização. O próprio Monteiro observou que os “negros são excessivamente apaixonados” pela *marimba*, um instrumento de percussão que pode ser ouvida “a qualquer hora”.⁸¹ A marimba é tocada em várias regiões do continente africano e na América do Sul, com sua forma e tamanho variando de acordo com o conjunto e os músicos.⁸² Livingstone descreveu a marimba como composta por duas barras de madeira posicionadas lado a lado, que podem ser retas ou curvas, dependendo da região. Sobre essas barras são colocadas teclas de madeira, cuja espessura varia para produzir diferentes

79 Sir Richard Francis Burton, *Two Trips to Gorilla Land and the Cataracts of the Congo*, v. 1, London: S. Low, Marston, Low, and Searle, 1876, p. 33.

80 *Boletim Oficial*, n. 875, 12 jul. 1862, p. 201.

81 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 139.

82 George List, “The Mbira in Cartagena”, *Journal of the International Folk Music Council*, v. 20 (1968), pp. 54–59, ; Robert Garfias, “The Marimba of Mexico and Central America”, *Latin American Music Review*, v. 4, n. 2 (1983), pp. 203–228, ; Gerhard Kubik, *Theory of African Music*, v. 1 e v. 2, Chicago: Chicago University Press, 2010; Wonder Maguraushe, “Musicking at Home on the Wood that Sings: Contemporary Marimba Performance Practices in Zimbabwe”, Tese (Doutorado em Musicologia), University of South Africa, Pretoria, 2017, .

notas.⁸³ Em 1856, alguns reclamaram que os escravizados estavam tocando marimba na frente das residências dos seus proprietários, causando perturbações.⁸⁴ Embora Monteiro não tenha apreciado sua importância, esse instrumento era amplamente utilizado em rituais, práticas espirituais e frequentemente acompanhado por batuques. Relatos do século XIX fazem menção a marimba. Durante sua expedição ao Império Lunda no final do século XIX, um estado localizado ao leste do Rio Kwango, o explorador português Henrique Augusto Dias de Carvalho testemunhou “sertanejos indígenas” - comerciantes itinerantes que trocavam bens por escravizados nos sertões - dançando, conversando, fumando, cantando e tocando marimbas até tarde da noite ao redor da fogueira.⁸⁵

A marimba era popular mesmo entre os brancos na colônia, revelando muito sobre a extensão da criouliização em Angola. Linda Heywood e John Thornton argumentaram que os contatos entre africanos, brasileiros e portugueses na África Centro-Occidental levaram à criouliização cultural. De acordo com os autores, essa criouliização foi um processo bilateral que afetou tanto portugueses e brasileiros quanto africanos.⁸⁶ Desde então, Kalle Kananoja estudou os efeitos da criouliização na saúde e na medicina.⁸⁷ Por outro lado, Curto demonstrou que a importação de bebidas estrangeiras, especialmente a cachaça brasileira e o vinho português, levou ao surgimento de uma “cultura de bebida

83 Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 317.

84 *Boletim Oficial*, n. 541, 9 fev. 1856, p. 5.

85 Henrique Augusto Dias de Carvalho, *Meteorologia, climatologia e colonisação estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionais e estrangeiros, modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*, Lisboa: Typographia do Jornal, 1892, p. 563.

86 Linda M. Heywood and John K. Thornton, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007; Heywood, “Portuguese into African”, pp. 91-113.

87 Kalle Kananoja, “Healers, Idolaters, and Good Christians: A Case Study of Creolization and Popular Religion in Mid-Eighteenth Century Angola”, *International Journal of African Historical Studies*, v. 43, n. 3 (2010), pp. 443-465, [↗](#).

atlântica crioula” em Benguela e seu interior.⁸⁸ Esse processo pode ser aplicado ao lazer. Quando Livingstone visitou a colônia, ele percebeu que os portugueses em Angola usavam marimbas em suas danças.⁸⁹ Esses instrumentos eram tão populares que chegaram até a Portugal. Em 11 de junho de 1846, o navio *Maria* chegou a Lisboa transportando seis caixas de marimbas.⁹⁰ O explorador britânico William Winwood Reade também descreveu o uso de marimbas em seu relato sobre a colônia. Durante suas viagens na década de 1860, ele conheceu um alemão-suíço chamado Joachim, que havia morado em Luanda após servir em uma feitoria em Loango. Segundo Reade, Joachim era músico e usava a marimba para tocar a música do compositor alemão-britânico George Frideric Handel.⁹¹

O Carnaval também era popular entre os residentes de Luanda.⁹² Durante este feriado, a elite participava de bailes de máscaras no teatro organizados pela sociedade dramática.⁹³ No entanto, dentro do teatro, existiam regras para manter o decoro social. Por exemplo, em 1867, a Associação 31 de Outubro proibiu o uso de máscaras religiosas no Carnaval que pudessem ofender a moral pública.⁹⁴ Enquanto alguns participavam desses bailes de máscaras, outros se reuniam em casas particulares para comer e jogar. Em fevereiro de 1865, José Custódio de Carvalho Bastos vendia e alugava dominós em sua loja para jogar no Carnaval.⁹⁵

88 Tradução nossa. José C. Curto, “Alcohol under the Context of the Atlantic Slave Trade the Case of Benguela and its Hinterland (Angola)”, *Cahiers d’Étude Africaines*, v. 51, n. 201 (2011), pp. 55-63, [↗](#).

89 Livingstone, *Missionary Travels and Researches*, p. 317.

90 *Boletim Oficial*, n. 62, 14 nov. 1846, p. 2.

91 William Winwood Reade, *Savage Africa: Being the Narrative of a Tour in Equatorial, Southwestern and Northwestern Africa*, New York: Harper and Brothers, 1864, pp. 258-259.

92 Óscar Ribas, *Izomba: Associativismo e Recreio*, Luanda: Angolana, 1965; Birmingham, “Carnival at Luanda”, pp. 93-103; Marzano, “Nossa dança”, pp. 67-88.

93 *Boletim Oficial*, n. 33, 15 agos. 1863, p. 261; *Boletim Oficial*, n. 12, 24 mar. 1866, p. 58; John Charles Chasteen, “The Prehistory of Samba: Carnival Dancing in Rio de Janeiro, 1840-1917”, *Journal of Latin American Studies*, v. 28, n. 1 (1996), pp. 29-47, [↗](#).

94 *Boletim Oficial*, n. 8, 23 fev. 1867, p. 83.

95 *Boletim Oficial*, n. 596, 28 fev. 1857, p. 5; *Boletim Oficial*, n. 8, 18 fev. 1865, p. 75.

Como os bailes de máscaras eram eventos exclusivos, a maior parte da cidade comemorava nas ruas, onde dançavam e usavam máscaras satirizando a sociedade, figuras proeminentes, governantes e personagens históricos.⁹⁶ Pessoas de todas as idades e origens participavam desse evento. Quando Monteiro estava na cidade durante o feriado de Carnaval ele observou uma procissão com pequenas meninas pretas vestidas de anjos com asas presas às costas e o uso de fogos.⁹⁷ Frank Vincent, um viajante americano, que visitou Luanda no final do século XIX, também descreveu as festividades do Carnaval. Segundo ele, o Carnaval era tão popular entre as “pessoas simples” que elas economizavam seus salários e se preparavam várias semanas antes. Ele ainda notou que até mesmo os residentes portugueses aproveitavam as festividades.⁹⁸ De acordo com Vincent, o Carnaval começava com uma marcha, seguida por uma parada e dança, e um passeio ao som de tambores, bandolins e pandeiros. Na última tarde, havia uma procissão dos portugueses em carruagens, seguida por uma banda militar tocando música perto do Palácio do Governo. Durante os três dias dos festejos, os pretos não trabalhavam e bebiam aguardente.⁹⁹

As pessoas também realizavam danças “tradicionais”. Com a transição para o comércio “legítimo”, Luanda experimentou um aumento na demanda por caixeiros, carregadores, estivadores e barqueiros.¹⁰⁰ Cabindas (um termo usado para denotar aqueles que habitavam a região da Baía de Cabinda) e outros africanos migravam para Luanda em busca de oportunidades de emprego na economia lícita. Durante sua visita em 1841, Tams testemunhou “chegadas diárias de grandes barcos de cabindenses, que vêm a Loanda em busca de trabalho”.¹⁰¹ Esses cabindas eram principalmente homens e eram contratados com o “propósito especial

96 Birmingham, “Carnival at Luanda”, pp. 93-103.

97 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 34.

98 Tradução nossa. Frank Vincent, *Actual Africa or, the Coming Continent*, New York: D. Appleton and Company, 1895, p. 379.

99 Vincent, *Actual Africa*, p. 379.

100 Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion”, p. 397.

101 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, p. 226.

de remar e realizar outros trabalhos árduos”.¹⁰² Durante o Carnaval, os cabindas que residiam em Luanda realizavam sua dança “tradicional”, a Dança dos Cabindas. Antes de 1874, os homens realizavam a Dança dos Cabindas vestindo folhas de bananeira. No entanto, Óscar Ribas observou que a Dança dos Cabindas passou por transformações significativas no final do século XIX, destacando como as tradições evoluíram e refletiram mudanças nos padrões de migração dos cabindas. Mais tarde, eles se vestiam como marinheiros, usando ternos brancos e bonés, calças com listras vermelhas e botas. No final do século XIX, as mulheres passaram a se juntar cada vez mais aos seus companheiros cabindas em Luanda e estavam entre aquelas que realizavam a Dança dos Cabindas.¹⁰³

Africanos, independentemente do status, também praticavam das rodas de jogos. Segundo Monteiro, os “habitantes de Luanda e também os escravos e servos dos brancos na costa”, eram “aficionados por jogos de azar”.¹⁰⁴ Eles também praticavam um jogo que Monteiro não conseguiu decifrar, envolvendo um “tabuleiro no qual havia várias covas rasas, e nelas algumas sementes ou seixos redondos, que eram rapidamente movidos para diferentes buracos pelos dois jogadores”.¹⁰⁵ De acordo com o linguista suíço Heli Chatelain, esse jogo era chamado Mbau ou Mancala.¹⁰⁶ Em suas pesquisas sobre o Mancala, Stewart Culin, Diretor do Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade da Pensilvânia no final do século XIX, descobriu que o mesmo era praticado em todo o continente africano e que se espalhou, provavelmente por meio do comércio, por toda a costa da Ásia.¹⁰⁷

102 Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, p. 225.

103 Óscar Ribas, *Izomba: Associativismo e recreio*, Luanda: Angolana, 1965, p. 69.

104 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 274.

105 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 274.

106 Stewart Culin, *Mancala, The National Game of Africa*, Washington: Government Printing Office, 1894, p. 602.

107 Culin, *Mancala*, pp. 598, 601. A ideia de que os jogos de mancala compartilham uma história comum tem sido recentemente questionada. Ver: Alex de Voogt, “Misconceptions in the History of Mancala Games: Antiquity and Ubiquity”, *Board Games Studies Journal*, v. 15, n. 1 (2021), pp. 1-12, .

Policiamento dos escravizados, libertos, e degredados e seus momentos de lazer

Bebidas alcoólicas foram importantes mercadorias de troca no comércio transatlântico de escravos em toda a África Ocidental. Entre 1710 e 1830, estima-se que 33% dos quase 1,2 milhões de cativos embarcados em Luanda tenham sido adquiridos com bebidas alcoólicas como cachaça, aguardente e vinho. Era um passatempo tão popular que Luanda tinha 70 tavernas apenas em 1850, e muitas estavam localizadas na parte baixa da cidade.¹⁰⁸ Pessoas de todos os estatutos e ocupações, incluindo, por exemplo, escravizados, libertos, pretos livres, degredados, marinheiros, soldados e comerciantes, se reuniam em tavernas para beber.

Embora a elite também apreciasse bebidas alcoólicas, a presença de pessoas das camadas mais baixas da sociedade e o consumo excessivo contribuíram para a percepção de que as tavernas eram locais de decadência moral e criminalidade. Devido à sua má reputação, as tavernas frequentemente chamavam a atenção das autoridades, resultando em conflitos com a polícia. Em junho de 1867, a polícia prendeu um europeu chamado Francisco Fernandes Pacheco por embriaguez e por quebrar copos dentro de um desses estabelecimentos.¹⁰⁹ Quase três anos depois, a polícia prendeu um liberto por beber e danificar um candeeiro dentro de uma taverna.¹¹⁰ A administração em Luanda tentou limitar o horário de funcionamento das tavernas, mas esses esforços foram enfrentados com resistência dos proprietários, que buscavam maximizar seus lucros.¹¹¹ Em dezembro de 1874, a polícia prendeu os pretos livres João José Duarte e Manuel Pereira por se recusarem a fechar a taverna que possuíam no Bungo às 11:00 da noite.¹¹²

108 “The Anatomy of a Demographic Explosion”, p. 400; Segundo Roquinaldo A. Ferreira, a cidade tinha 90 tavernas em 1850, ver: Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil During the era of the Slave Trade*, New York: Cambridge University Press, 2012, p. 143.

109 *Boletim Oficial*, n. 25, 22 jun. 1867, p. 296.

110 *Boletim Oficial*, n. 10, 5 mar. 1870, p. 165.

111 Ferreira, *Cross-Cultural Exchange*, p. 144.

112 *Boletim Oficial*, n. 49, 6 dez. 1874, p. 586.

As tavernas também funcionavam como locais de encontro onde pessoas escravizadas podiam encontrar outros escravos e planejar fugas. Em 24 de maio de 1861, o comerciante André da Silva Marques Braga ofereceu uma recompensa em dinheiro no *Boletim Oficial de Angola* pelos escravizados Frederico e Caetano. Ambos haviam fugido vários anos antes para os *mutolos* (comunidades de fugitivos) localizados nos arredores de Luanda. Desde então, Frederico e Caetano retornavam e incentivavam outros escravizados na cidade a fugir. Segundo Braga, eles haviam convencido com sucesso 28 pessoas escravizadas a fugirem, incluindo um escravo chamado João Pedro, que foi visto pela última vez em uma taverna.¹¹³ Incentivar a fuga era uma infração grave e poderia resultar em prisão, mesmo após a abolição da escravidão em 1869. Em janeiro de 1871, a polícia prendeu um liberto por tentar incentivar outros libertos a fugir, destacando o status marginal desses indivíduos.¹¹⁴

Algumas das tavernas eram de propriedade de degredados, o que também contribuía para a má reputação delas e provavelmente despertava a desaprovação das autoridades. Em 1864, havia 433 degredados residindo na cidade de Luanda, e 410 deles eram homens. Do total de 433 degredados, 39 eram proprietários de tavernas.¹¹⁵ Através da venda de álcool, alguns se tornavam conhecidos dos traficantes de escravizados e adentravam o comércio de cativos. Arsénio de Carpo, por exemplo, foi banido para a colônia em 1824 por crimes políticos e era proprietário de uma taverna antes de se tornar um dos traficantes mais ricos de Luanda.¹¹⁶

Embora mulheres pobres e escravizadas também frequentassem tavernas, elas tinham experiências diferentes e eram mais vulneráveis à

113 *Boletim Oficial*, n. 816, 25 maio, 1861, p. 6.

114 *Boletim Oficial*, n. 2, 14 jan. 1871, p. 20.

115 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 35 (636), *Nota do número de degredados que há na província de angola*, 24 jan. 1865.

116 Carlos Pacheco, “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: Uma vida de luta contra as prepotências do poder colonial em Angola”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, v. 16/17 (1994-1995), pp. 49-102; João Pedro Marques, “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: Um Percuro Negroireiro no Século XIX”, *Análise Social*, v. 36, n. 160 (2001), pp. 609-638, .

violência. Algumas proprietárias de tavernas possuíam mulheres escravizadas trabalhando nesses estabelecimentos, que podiam oferecer serviços sexuais aos clientes.¹¹⁷ Degredadas também podem ter se envolvido na prostituição devido à falta de oportunidades econômicas.¹¹⁸ No entanto, mulheres, assim como homens, também frequentavam as tavernas para beber e socializar. Independentemente de suas motivações, as mulheres eram vulneráveis a avanços indesejados, assédio e até mesmo agressões. Em 29 de abril de 1867, uma mulher europeia chamada Claudina Ferreira da Silva estava em uma taverna quando foi ferida pelo degredado António Gil. Posteriormente, ela foi levada ao Hospital da Misericórdia para tratamento.¹¹⁹

Os jogos em tavernas ou em residências particulares era outra atividade de lazer apreciada pelos habitantes. Quando Monteiro visitou Luanda, ele observou que os habitantes, incluindo escravizados, jogavam com cartas e “pequenas peças redondas de louça moídas em uma pedra com o tamanho de uma moeda de seis pence”.¹²⁰ Eles também realizavam loterias nas quais os participantes tinham a chance de ganhar prêmios. Embora Monteiro não parecesse preocupado com essas atividades, as autoridades as viam com desaprovação. O Governador Visconde de Pinheiro expressou preocupação de que o jogo levasse à “desmoralização da mocidade” e que os funcionários de comerciantes locais estavam roubando dinheiro e cometendo suicídio após sofrerem perdas financeiras. Isso o levou a aprovar uma lei em 5 de outubro de 1853 proibindo os residentes de realizarem rifas, exceto aqueles que solicitassem licenças.¹²¹

No entanto, casos de prisão sugerem que as tentativas de regular os jogos foram em grande parte malsucedidas. Os jogos não apenas continuaram depois da lei do Governador Visconde de Pinheiro, mas também uniu pessoas de diferentes status. Em abril de 1858, a polícia apreendeu um

117 Ferreira, *Cross-Cultural Exchange*, p. 128.

118 Gerald J. Bender, *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*, Berkeley: University of California Press, 1978, p. 79.

119 *Boletim Oficial*, n. 18, 4 maio 1867, p. 172.

120 Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, p. 274.

121 *Boletim Oficial*, n. 20, 16 maio 1863, pp. 157-158.

cabo, um soldado, um liberto e quatro escravizados jogando em uma cubata localizada em Coqueiros.¹²² Em 4 de novembro de 1860, a polícia prendeu três soldados e o degredado José Lourenço por jogarem em uma taverna tarde da noite.¹²³ A punição era severa, especialmente para as pessoas escravizadas. Em setembro de 1848, o comandante do arsenal prendeu os moleques Catraio e Justino por se envolver em jogos. Ambos seriam entregues ao chefe de polícia para serem chicoteados.¹²⁴

Por fim, a administração colonial tentou controlar os batuques, que alguns associavam a comportamento desordeiro e preguiça.¹²⁵ Segundo António Gil, um jurista português que viveu na colônia na década de 1840, os batuques estavam atormentando os residentes com um barulho infernal quase “todas as noites”.¹²⁶ Em 19 de maio de 1858, o Comandante de Cambambe, João Evangelista Pereira Leony, também reclamou que as pessoas estavam desperdiçando seus dias e noites com batuques, causando transtornos para quem trabalhava, e advertiu que aqueles encontrados dançando após o toque de recolher seriam presos e obrigados a pagar uma multa.¹²⁷

Entretanto, os debates em torno dos batuques destacam alguns dos desafios no policiamento do lazer. Alguns criticavam o governo colonial por regulamentar os batuques em vez de proibi-los completamente, especialmente em espaços públicos. Segundo Gil, os batuques eram “lascivos” e “imorais” e, portanto, “impróprios de se praticarem, e com licença do

122 *Boletim Oficial*, n. 656, 24 abr. 1858, p. 11.

123 *Boletim Oficial*, n. 788, 10 nov. 1860, p. 3.

124 ANA, cod. 170, fl. 101, *carta ao chefe de polícia*, 28 set. 1848.

125 João José Reis, “Batuque: African Drumming and Dance Between Repression and Concession, Bahia, 1808-1855”, *Bulletin of Latin American Research*, v. 24, n. 2 (2005), pp. 201-214, [↗](#).

126 António Gil, *Segunda representação dos moradores do districto de Benguella a sua magestade, queixando-se amargamente de novos abusos e vexames da parte das auctoridades administrativas, accrescentados, ao que parece, em revindicta do uzo que fizeram do direito de petição*, Lisboa: Typographia da Gazeta dos Tribunaes, 1856, p. 18.

127 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 24-2 (625), *Carta de João Evangelista Pereira Leony*, 19 maio 1858.

governo, nas praças públicas e ruas da cidade”.¹²⁸ Outros, incluindo o Secretário Geral José Alves Pinto de Balsemão, tinham uma opinião diferente. Para ele, o lazer era um recurso importante, especialmente para a população escravizada, que poderia, de outra forma, se rebelar. Em 1858, Balsemão argumentou:

A proibição dos divertimentos dos pretos não pode ser sustentada. Seria bom coibir-lhe os excessos com jeito e prudência, mas não á força bruta, e até nos seus justos limites. Quando quer, pois, Vossa Senhoria que os pretos folguem? Às horas do trabalho? Em Luanda, os batuques continuam ainda.¹²⁹

O comentário de Balsemão destaca como as pessoas desafiavam as restrições impostas ao tempo que dedicavam ao lazer. Embora a fiscalização dos batuques tenha continuado, os esforços para acabar com eles falharam. Em julho de 1858, a polícia prendeu um sargento, cabo, dois soldados, um funcionário do juízo de direito, um preto livre, oito pretas livres, quatro libertos e 11 escravos por causarem tumulto e fazerem batuques.¹³⁰

Conclusão

Ao utilizar relatos de viajantes, relatórios oficiais e registros policiais publicados no *Boletim Oficial de Angola*, gazeta de Luanda, este trabalho analisa o lazer em Luanda. Em particular, esse estudo demonstra que as elites desfrutavam de espaços de lazer que excluía as classes mais baixas, especialmente escravizados, libertos, pretos livres e alguns degredados. Ao mesmo tempo, esse estilo de vida era possível devido à participação das elites no comércio de escravos e o uso de mão de obra não-livre. Enquanto isso, pessoas escravizadas, libertos, pretos livres e degredados

128 Gil, *Segunda representação*, p. 18.

129 AHU, SEMU, DGU, Angola, Correspondência dos Governadores, Segunda Secção, cx. 24-2 (625), *Carta de José Alves Pinto de Balsemão*, 30 maio 1858.

130 *Boletim Oficial*, n. 666, 3 jul. 1858, p. 11.

tinham sua própria concepção de lazer. No entanto, isso frequentemente se tornava um ponto de conflito com a polícia, resultando em inúmeras prisões. Apesar do risco de punição, grupos marginalizados em Luanda continuavam a buscar atividades de lazer, que para muitos representavam uma fuga da monotonia do trabalho.

Submetido em 18 abr. 2024

Aprovado em 28 out. 2024

doi: 10.9771/aa.v0i71.60732

No século XIX, viajantes desprezaram Luanda, a capital colonial portuguesa de Angola, como um lugar onde nada divertido acontecia. Em 1841, Gustav Tams observou que “não havia lugares de diversão pública”.¹³¹ Mais tarde, Joachim John Monteiro afirmou que “não existem lugares de diversão pública além do teatro”.¹³² No entanto, fontes apresentam uma visão diferente. Este artigo explora o lazer em Luanda analisando o que elites, escravizados, libertos, pretos livres e degredados faziam no seu tempo livre. Isso demonstra que as elites usavam o lazer para reforçar seu status. Enquanto isso, o lazer para escravizados, libertos, pretos livres e alguns degredados era um ato contestado e marcado por confrontos com a polícia.

Lazer | Polícia | Angola | Luanda

LEISURE IN LUANDA, 1836-1878

During the nineteenth century, travelers described Luanda, the Portuguese colonial capital of Angola, as a place where nothing fun happened. In 1841, Gustav Tams noted that “there [were] no places of public amusement”. Later, Joachim John Monteiro remarked that “there are no places of public amusement except the theatre”. However, sources paint a different picture. This paper explores leisure in Luanda, focusing on how elites, slaves, libertos, free blacks, and degredados spent their free time. It demonstrates that elites used leisure to reinforce their status. Meanwhile, leisure for slaves, libertos, free blacks, and some degredados was a contested space, marked by frequent clashes with the police.

Leisure | Police | Angola | Luanda

131 Tradução nossa. Tams, *Visit to the Portuguese Possessions*, v. 1, p. 268.

132 Tradução nossa. Monteiro, *Angola and the River Congo*, v. 2, pp. 48, 274.